



NACIONALISMO E CULTURA ESCOLAR: AS TENSÕES NO ÂMBITO EDUCACIONAL EM COLÔNIAS ESTRANGEIRAS DE SC (1930-1940)

Amanda Zuffo Nicoleit dos Santos¹, Cristiani Bereta da Silva²

¹ Acadêmica do Curso de História/FAED - bolsista PIBIC/CNPq

² Orientadora, Professora do Departamento de História/FAED – cristianibereta@gmail.com.

Palavras-chave: Nacionalização, Cultura Escolar, Santa Catarina.

As legislações referentes a educação no Brasil, em sua maioria, tiveram caráter nacional, no entanto a forma com que ela foi praticada dependia, e ainda depende, de questões políticas, sociais e territoriais. Em Santa Catarina, assim como no restante do país, os Exames de Admissão foram instituídos em 1931, como forma de selecionar os ingressantes ao curso ginásial, algo necessário, devido a demanda que crescia demais a mais em descompasso a oferta deste nível de ensino. Até 1945 o certificado de conclusão do ensino primário não era necessário, possibilitando assim que as crianças tivessem acesso as primeiras letras por meio de tutores que iam até suas residências, até este ano o único pré-requisito era ter 11 anos completos na data do exame, após 1945 somasse a idade a obrigatoriedade do certificado de conclusão do ensino primário. Neste breve artigo desenvolvido a partir de recorte da Pesquisa. Os ‘Exames de Admissão ao Ginásio’: Livros, narrativas e memórias na construção da disciplina escolar de História (Décadas 1930 - 1970)”, orientada pela Professora Drª. Cristiani Bereta da Silva, com vínculo ao Laboratório de Ensino de História (LEH – UDESC, são analisadas, por meio de entrevistas realizadas com professoras de cidades de Santa Catarina, questões concernentes aos conteúdos de História ensinados no ensino primário, os conteúdo de História que eram cobrados nos Exames de Admissão, a preparação para o Exames e a reverberação dos exames no fazer docentes destas entrevistadas. A pesquisa conta com oito entrevistadas da região da Grande Florianópolis e também do Meio Oeste próximo a cidade de Rio do Sul, analise essa que se mostra relevante devido as diferenças educacionais entre os grandes centros e as regiões interioranas. Algo que esta pesquisa mostrou ter seu cerne na própria constituição das escolas, tendo em vista que a falta de espaços de qualificação de professores ocasionava um déficit de mão de obra que acabava sendo suprida por professoras que não haviam tido o seu círculo educacional completo. A forma que as escolas estavam montadas, e mais especificamente os locais e que elas se encontravam dão grandes pistas a respeito da diferença entre o acesso a educação nas grandes cidades e nos municípios menores. As falas das professoras do interior fica marcada a falta de escolas em suas localidades e necessidade de grandes deslocamentos, que em muitas vezes obrigava que estas meninas se alojassem nas cidades em que se encontravam as escolas se distanciando das famílias algo que por muitas vezes ocasionava no veto a continuação dos estudos. Já em Florianópolis este problema não era tão grave, a principal barreira, algo que também é encontrado no interior é a aprovação, situação vivenciada de forma bastante distinta, na Capital do Estado os cursinhos para preparação ao Ginásio eram bastante comuns, bem como o acesso a livros com esta mesma

finalidade, já no interior outras estratégias eram utilizadas, desde revisões nas férias ofertadas pelas próprias professoras do primário, passando pelo estudo compartilhado de um exemplar dos livros preparatórios, até a matrícula no curso complementar, onde os estudantes tinham acesso a mais um ano de estudo e poderiam revisar os conteúdos estando assim mais preparados para prestar os exames. Assim é possível perceber que mesmo a legislação sendo a mesma, as experiências relacionadas ao ensino são muito diferentes e que diversos fatores influenciam, fatores que estão para além dos muros da escola.